

Desenvolvimento Endógeno e Política Regional

J. Cadima Ribeiro

Escola de Economia e Gestão e NIPE,
Universidade do Minho
Campus de Gualtar
Portugal – 4710 – 057 Braga
Tel: + 351 253604511
Fax: + 351 253676375
E-mail: jcadima@eeg.uminho.pt

J. Freitas Santos

ISCAP/IPP
e NIPE/EEG/UMinho
Rua Jaime Lopes de Amorim
Portugal – 4465 S. Mamede de Infesta
Tel: + 351 229050000
Fax: + 351 229025899
E-mail: jfsantos@iscap.ipp.pt

Resumo

Em matéria de desenvolvimento regional, os anos oitenta do pretérito século ficam marcados pela emergência do paradigma do desenvolvimento endógeno, que se consolida nos anos noventa. Pese essa importante evolução teórica, as chamadas políticas regionais entretanto implementadas aparecem fortemente tributárias do paradigma funcionalista precedente.

É propósito desta comunicação situar a discussão sobre os termos da evolução necessária da política regional ou, melhor, das políticas de desenvolvimento regional, por forma a que passe(m) a tirar melhor partido do novo corpo teórico disponível. Para o efeito, recuperam-se aqui alguns estudos a que de algum forma estamos associados, para, a partir das ilações de política que daí se possam retirar, situar os termos do ajustamento a fazer em matéria de prática política e de protagonismo dos territórios concretos.

As aplicações empíricas invocadas reportam-se, deliberadamente, a problemáticas sectoriais diversas, pretendendo-se daí inferir a medida em que as acções de política se oferecem transversais aos sectores e respectivos agentes.

Palavras-chave: desenvolvimento endógeno; políticas regionais; território

Introdução

Conforme sublinhado por MAILLAT (1995, p. 157), as mudanças nas hierarquias espaciais observadas desde o início dos anos 1970 “conduziram os investigadores a formular novas explicações para, e a inquirir sobre, o papel desempenhado pelo território”. A pesquisa subsequente permitiu compreender que o território não deveria ser considerado como algo apriorístico mas antes como um recurso específico, resultado de um processo (colectivo) de construção histórica e cultural (GAFFARD, 1992; MAILLAT, 1995). Esta mesma ideia havia sido proposta alguns anos antes por outros autores, nomeadamente por SIMÕES LOPES (1979, p.23), que se refere ao espaço como algo que não tem nada que ver com “uma página branca sobre que se inscrevem as acções dos grupos e das instituições”

Em vez da ultrapassada ideia da neutralidade do espaço, na senda dos autores antes mencionados, RATTI (1995, p. 6) propõe o conceito de “espaço activo” como sendo o “resultado de um campo de forças onde o nível do *output* depende da capacidade para produzir um *mix* de coesão, inovação e de comportamentos estratégicos num contexto sistémico evolutivo”. Reportando-se ao mesmo assunto, DELAPLACE (1995, p. 4) chama “horizonte espacial relacional” ao conjunto de actores com os quais a empresa mantém uma relação em termos de procura final (clientes, concorrentes), a nível de cadeia produtiva (fornecedores) ou a nível institucional e cultural (instituições políticas, sociais e culturais). No mesmo sentido, CREVOISIER (1995, p. 5) defende uma noção de território que inclui a dimensão física e, simultaneamente, assimila-o a “uma estrutura interpretativa das inter-acções socio-económicas”.

Estas várias noções de território não apenas integram o espaço geográfico como, igualmente, os recursos (tangíveis e intangíveis) e capacidades que conferem vantagem competitiva aos produtos e empresas com origem numa particular região. O retorno económico decorrente do aproveitamento dos recursos da região depende da habilidade das empresas locais de se apropriarem das rendas geradas e da medida em que os consumidores valorizem as características da região que estão associadas a esses produtos.

A secção 1 deste artigo apresenta os conceitos básicos do paradigma do desenvolvimento endógeno. Nas secções seguintes, depois de feita uma breve sistematização da carteira de recursos e competências dos territórios, recuperam-se as conclusões de alguns estudos que tivemos oportunidade de concretizar ou a que de algum forma estamos associados, para, a partir das ilações de política que daí se possam retirar, situar os termos do ajustamento a fazer em matéria de prática política e de protagonismo dos territórios concretos.

As aplicações empíricas invocadas reportam-se, deliberadamente, a problemáticas sectoriais diversas, pretendendo-se daí inferir a medida em que as acções de política se oferecem transversais aos sectores e respectivos agentes. A concluir, propõe-se uma síntese, onde se sublinham alguns princípios orientadores de futuras políticas de base territorial.

1. Do conceito de desenvolvimento endógeno a uma política regional renovada

O conceito de espaço que emerge entre o final dos anos 70 e o início dos anos 80 do século XX, a que nos referimos antes, surge indissociavelmente associado ao esgotamento da visão funcionalista do desenvolvimento e à emergência de uma nova corrente, dita territorialista ou do desenvolvimento endógeno.

Em boa verdade, esta nova aproximação ao desenvolvimento regional é, em larga medida, o resultado da crise da concepção funcionalista, incapaz de explicar as estruturas produtivas crescentemente complexas presentes em distintos territórios, bem como a reestruturação do sistema económico que se foi impondo a partir da crise do modelo fordista de produção, declarada no início dos anos 70. Estas alterações, tanto as sectoriais, de que se destaca o surgimento de novos comportamentos em matéria de mobilidade espacial dos recursos, como as que se prendem com o ordenamento do território, com expressão na reversão de certas hierarquias espaciais decorrente da emergência de novas regiões industriais, deram sustentação a este reclamado protagonismo do espaço e aos modelos de desenvolvimento endógeno local (MAILLAT, 1995).

Adiante-se que estão em causa não só pressupostos diversos relativamente ao funcionamento espacial da economia, como concepções radicalmente distintas de desenvolvimento e das vias preferenciais da sua promoção, isso é, de política de desenvolvimento local e regional.

Concretizando brevemente, a concepção de desenvolvimento inerente ao paradigma funcionalista confunde-se com “a evolução de um sistema que se torna mais eficiente através da acumulação de capital e do progresso tecnológico, que permite, deste modo, uma maior satisfação de necessidades humanas materiais” (FURTADO, 1979, citado por HENRIQUES, 1990, pp. 38-39). Os objectivos, processos e raciocínios apresentam uma índole predominantemente económica, pressupondo-se um comportamento humano de natureza individualista, concorrencial e dominado por factores exógenos (HENRIQUES, 1990; CARDOSO e CADIMA RIBEIRO, 2002)

Enfeudada a estas normas, a política regional orienta-se para a acumulação de capital, a facilitação da concentração espacial do crescimento económico nas áreas centrais pré-existentes ou a promover, e o apoio à mobilidade dos factores produtivos. Adicionalmente, cumpre ao Estado a provisão de capital social e a “agilização” do funcionamento dos mercados, peça básica da integração económica nacional e externa. Como pano de fundo está uma convicção forte nas virtualidades descentralizadoras da tecnologia moderna, suporte material da descentralização industrial que, a seu tempo, viabilizará a difusão espacial do crescimento às áreas envolventes dos pólos de crescimento e ao conjunto do território nacional.

O desenvolvimento endógeno, por seu turno, é um paradigma que parte da ideia básica de que o sistema produtivo dos países cresce e transforma-se utilizando o potencial de desenvolvimento existente nos territórios, isto é, nas regiões e cidades, mediante os investimentos concretizados pelas empresas e entidades públicas, debaixo do controle das comunidades locais, e tomando como meta derradeira a melhoria do nível de vida da população desses mesmos territórios (STÖHR, 1981; VÁSQUEZ BARQUERO, 1998). A esta luz, percebe-se que o conceito de desenvolvimento entrevisto integre as dimensões social e económica. O protagonismo reclamado para a dimensão territorial, por sua vez, sugere-se não só em expressão da ancoragem espacial dos processos organizativos e tecnológicos mas, igualmente, da circunstância de qualquer localidade ou região se oferecer como o resultado de uma história que foi configurando o seu entorno económico, cultural e institucional.

A partir desta visão, o território sugere-se como uma rede de interesses de uma comunidade, o que permite percebê-lo como um agente de desenvolvimento, interessado

em manter e defender, nos processos de mudança que entretanto se vão impondo, os interesses que lhe dão fundamento (VERA, 1997; VÁSQUEZ BARQUERO, 1998). VÁSQUEZ BARQUERO (1998) defende, adicionalmente, que as cidades médias são o espaço preferido de configuração dos sistemas produtivos locais, já que neles se concretizam as economias externas e se produzem as condições que favorecem a redução dos custos de transacção entre as empresas e as organizações locais.

Na definição que era avançada antes, dizia-se que o desenvolvimento endógeno vincula-se à dinâmica das cidades e das regiões, à rede de agentes e interesses que lhes dá consistência enquanto comunidades humanas. Quer-se com isso sublinhar, na linha do que fazem GAROFOLI (1983), MAILLAT (1995), e D'ARCY e GIUSSANI (1996), entre outros, que os processos de crescimento e transformação estrutural que se dão surgem como consequência da transferência de recursos das actividades tradicionais para as modernas, do aproveitamento das economias externas e da introdução de inovações, visando o aumento do bem-estar da população da cidade, da localidade ou da região que o gera. Dito diferentemente, o crescimento organiza-se em torno da expansão e transformação das actividades pré-existentes, utilizando o potencial de recursos e de inovação disponíveis no território, condicionado pela estrutura social e cultural e códigos de conduta da comunidade humana sedada em particulares espaços, que o favorecem ou limitam e, em todo o caso, lhe dão o seu formato singular.

De um ponto de vista de política, partindo do quadro conceptual esboçado, as acções a desenvolver devem contemplar a disponibilidade de recursos da comunidade e a sua potenciação económica, sejam eles recursos naturais, localização do território, trabalho e respectiva qualificação, sejam capacidade empresarial, poupança acumulada e conhecimento prático dos mercados e circuitos económicos. Na perspectiva não apenas da solidez dos processos de afirmação económica mas igualmente do ponto de vista da capacidade de internalização da riqueza gerada, as iniciativas de política deverão tirar partido da rede de solidariedades locais e da capacidade de concertação existente, comprometendo operadores económicos, agentes sociais e decisores políticos (BRUGGER, 1984, referenciado por HENRIQUES, 1990; CARDOSO e CADIMA RIBEIRO, 2002; PADÍN, 2004). Essa solidariedade de projecto é alcançável se for construída partindo da identidade subjectiva da comunidade territorial e as políticas forem percebidas como tendo

por actores e destinatários derradeiros essa mesma comunidade (BRUGGER, 1984, referenciado por HENRIQUES, 1990; CARDOSO e CADIMA RIBEIRO, 2002).

Desde este enfoque, “a política de desenvolvimento local, ainda que sem uma sistematização concreta, pode entender-se como uma forma flexível de regulação do ajustamento cujo êxito ficará a dever-se à sua capacidade para *instrumentar* a coordenação territorial das actuações e a cooperação dos agentes públicos e privados” (PADÍN, 2004). Será, em todo o caso, uma estratégia seguindo uma trajectória ascendente – de baixo para cima – com o objectivo de fomentar a participação da comunidade local na escolha dos objectivos e na tomada de decisão sobre os aspectos visados pelas políticas de desenvolvimento. Será, adicionalmente, flexível e única, já que elaborada a partir da carteira particular de atributos de cada comunidade concreta (STÖHR, 1981; HENRIQUES, 1990). Em razão da dimensão participativa e da identidade de partida pressuposta, admitir-se-á que, para que seja eficaz, este enfoque ascendente tem que aplicar-se a comunidades territoriais de dimensão limitada (BLANCHARD *et al.*, 1994; MOSELY e CHERRET, 1995).

O ênfase sobre o local e o regional, que é o ponto de partida desta abordagem do desenvolvimento, concretiza-se numa política de valorização dos recursos e capacidades da região que, como adiante se verá, deve estar na origem da formulação das políticas regionais.

2. Política regional e valorização dos recursos e capacidades da região

Os recursos são os *inputs* da actividade económica de um território. Por si próprios, poucos recursos, públicos ou privados, são produtivos. Todavia, algumas regiões podem apresentar-se bem dotadas de recursos e carecerem de competências. As competências resultam da capacidade de combinar recursos, de modo a que a realização das tarefas ou actividades se desenvolva a um nível elevado de eficiência. O desenvolvimento da actividade económica, em geral, requer a combinação e coordenação do conjunto de recursos existentes na região.

Por exemplo, a produção de bens agrícolas reclama a conjugação de recursos financeiros, físicos, humanos, tecnológicos e reputação, os quais dão expressão concreta à realidade de cada território específico.

Por isso, pode afirmar-se que os recursos são a fonte da competência dos territórios, enquanto que as competências constituem a origem da vantagem competitiva desses mesmos espaços (GRANT, 1991; KANTER, 1995; MAILLAT, 1995; FREITAS SANTOS, 1997). Alguns recursos são fáceis de identificar e avaliar, tais como os financeiros e os que têm uma expressão física. Outros são menos visíveis e difíceis de estimar, como é o caso do capital humano (isto é, as capacidades individuais, o conhecimento, postura e capacidade de iniciativa e decisão existentes) ou da reputação (GRANT, 1991; FREITAS SANTOS, 1997).

No quadro que se segue, inventariam-se recursos e capacidades das regiões, disponíveis em diferentes medidas quando se consideram territórios concretos.

Quadro I – Recursos e capacidades da região

Recursos	
Tipo	Exemplos
Financeiros	Endividamento da região, impostos municipais, apoios financeiros obtidos, transferências da administração central
Físicos	Clima, ecologia, terra, infraestruturas, hospitais, escolas
Humanos	Responsáveis políticos, empresários, qualificação da mão de obra, custo do trabalho
Institucionais	Administração local, delegações governamentais, câmaras de comércio, associações empresariais, bancos
Culturais	Identidades histórica, herança arquitectónica, tradições, gastronomia
Tecnológicos	Recursos para inovação, universidades, laboratórios de investigação, parques tecnológicos
Capacidades	
Tipos	Exemplos
Habilidade para combinar recursos (financeiros, físicos, humanos, institucionais, culturais, tecnológicos)	Reputação e imagem da região (nacional e internacional) Atmosfera industrial Competências em inovação (I&D)

Fonte: Adaptado de GRANT (1991), KANTER (1995) e FREITAS SANTOS (1997).

Em síntese, as regiões não são meros espaços geográficos dado que surgem dotadas de recursos e competências de variada natureza, quantidade e valor. Como resultado disso, os territórios detêm recursos e geram competências que podem ser usadas para qualificar a região.

Deixada esta nota conceptual, passa-se na secção seguinte para a invocação de um conjunto de estudos de natureza regional nos quais, de forma mais ou menos implícita, se problematiza as práticas prevaletentes em matéria de políticas públicas e se parte para a formulação de propostas de política regional que sejam expressão das novas formas de equacionar recursos e capacidades dos territórios e de mobilizá-los para o desenvolvimento.

3. Dos estudos de caso para a proposta de uma política regional renovada

À luz dos propósitos já explicitados, recuperam-se aqui resultados de trabalhos que versaram, respectivamente: i) as potencialidades em matéria de geração de rendimento do aproveitamento comercial de certos produtos do território, de natureza agrícola, neste caso, o vinho, o azeite e o queijo; ii) a provisão de infra-estruturas e equipamentos das regiões; iii) o papel reservado ao sector comercial na consolidação e crescimento dos centros urbanos; iv) a conceptualização do turismo (leia-se: turismo no espaço rural) como instrumento de desenvolvimento regional; v) o lugar do empresário, da capacidade de inovação em matéria de produtos e processos, da qualificação de base dos recursos produtivos, da ousadia e das redes locais de agentes na viabilização dos lugares, quer dizer, na sustentabilidade económica dos territórios.

3.1 Recursos agrícolas e política regional

Os produtos do território oferecem-se como um caso paradigmático do uso dos recursos da região: i) o seu processo de produção está ligado a uma característica geográfica concreta (condições climáticas, solo) e/ou a matérias-primas agrícolas específicas (vinho, leite, azeite, enchidos, fumados); ii) devem possuir um registo histórico significativo (existência do produto no passado, com características similares às da actualidade); iii) têm que dispor de valor cultural acrescentado que possa facilmente ser associado a celebrações específicas ou com os hábitos gastronómicos locais (SODANO, 2001).

Mantendo isso presente, pode-se esperar que os actores económicos (agricultores, artesãos, distribuidores) usem as referências territoriais para incrementar o valor dos seus produtos junto dos consumidores, ao mesmo tempo que conseguem diferenciar os seus produtos em relação aos concorrentes (SALOLAINEN, 1993; KUZNESOF *et al.*, 1997;

HENCHION e McINTYRE, 2000; BLUNDEL, 2002). Neste contexto, os produtos do território requerem, da parte da procura, o reconhecimento social da sua especificidade e reputação e, do lado da oferta, uma dinâmica colectiva de protecção e apropriação do valor gerado pelo produto, seja através da preservação de uma das suas características intrínsecas (sabor, textura, cor, forma), seja pela comunicação das suas características extrínsecas (marca do produto, marca do produtor, região de origem, reputação) [LOCKSHIN e RHODUS, 1993; JENNINGS e WOOD, 1994; GIL e SANCHEZ, 1997; ANGULO *et al.*, 2000; BIANCHI, 2001].

As contrapartidas financeiras conseguidas pela região dependem, em última instância, da capacidade revelada pelas empresas locais de se apropriarem das rendas geradas pela vantagem competitiva que repousa nos recursos e competências da região. O conceito de renda é usado aqui no sentido em que a vantagem competitiva de que podem desfrutar os produtos originários de uma região, em concreto, corresponde à internalização por parte dos produtores locais de um certo conjunto de efeitos externos presentes nesse território. Todavia, essa renda só é alcançada quando o produtor consegue reflectir no preço do produto as particularidades associadas à respectiva região de origem e quando o consumidor valoriza esses atributos, mostrando-se disposto a pagar um prémio, que se reflecte no preço final do bem (LOCKSHIN e RHODUS, 1993; HULLAND, TODIÑO e LECRAW, 1996; BIANCHI, 2001; SKURAS e VAKROU, 2002).

Em Portugal, a investigação das questões relativas ao impacto económico da região de origem nos produtos do território foi estudada por CADIMA RIBEIRO e FREITAS SANTOS (2003; 2004a; e 2004b), tendo-se constatado que a incorporação de informação sobre a região de origem no vinho, azeite e queijo conduziu a uma maior preferência junto dos consumidores ou mesmo a um preço mais elevado.

3.2. Infra-estruturas e política regional

A situação geográfica, a estrutura sectorial e a presença ou não de certos recursos influenciam potencialmente os níveis de rendimento, produtividade e emprego de uma região. Estes recursos, caracterizados pelo seu carácter eminentemente público, incluem as vias de comunicação, as escolas e hospitais, as instalações desportivas e culturais, as telecomunicações, entre outro tipo de equipamentos. As infra-estruturas, podem ser

identificadas como uma parte do capital global das economias regionais que, devido ao seu carácter público, normalmente o mercado não satisfaz, pelo que o seu fornecimento é confiado à administração. Este facto torna as infra-estruturas um poderoso instrumento da política de desenvolvimento do Governo.

O grau de provisão de infra-estruturas em cada região serve, assim, não só para registar as deficiências de cobertura em alguns equipamentos, como também pode sugerir interpretações para algumas diferenças de desenvolvimento encontradas, nomeadamente a prioridade atribuída pelos decisores políticos à formação do capital social fixo de algumas regiões.

Um estudo de CADIMA RIBEIRO e FREITAS SANTOS (1996) refere que as disparidades infra-estruturais entre as regiões nacionais continuam a ser uma evidência. Por recurso a vários indicadores parciais (saúde, educação, cultura, desporto, comunicações e transportes) e a um indicador agregado de infra-estruturas, as conclusões do estudo apontam para a posição destacada de Lisboa e Porto no que se refere ao suprimento de infra-estruturas, ao mesmo tempo que sublinham o défice – comparativamente à abaixo da média nacional - verificado em mais de metade das regiões (distritos) nacionais (10), sendo mais dramáticas as situações dos distritos de Bragança, Beja e Portalegre.

Os autores deixam implícito um exercício estatístico simples, o qual consistirá em correlacionar o nível de provisão de infra-estruturas de cada região com o seu desenvolvimento.

3.3. Comércio e política regional

Nas teorias do crescimento urbano, o papel reservado ao sector comercial tem sido subalternizado em favor da indústria, da agricultura e dos serviços avançados. Todavia, na configuração da vitalidade da cidade a sua importância é incontornável, pois da localização e atractividade de alguns dos seus estabelecimentos vai depender a estruturação dos fluxos de pessoas e bens dentro da cidade, a animação das ruas citadinas, a reabilitação de zonas degradadas, a recuperação de centros históricos, entre outras operações de verdadeiro “urbanismo comercial”.

Adicionalmente, o comércio pode servir quer como um instrumento de retenção dos rendimentos gerados na região (fixação das compras dos residentes) quer como elemento de

atração dos rendimentos que lhe são externos (compras realizadas por não residentes nos estabelecimentos comerciais da região). Esta dupla vertente confere às actividades comerciais um papel relevante no desenvolvimento económico, não só por se constituírem numa fonte significativa de emprego para a mão de obra local, mas também pela capacidade de fixação dos rendimentos na região e atracção de rendimentos externos.

Em artigo datado de 1998, CADIMA RIBEIRO e FREITAS SANTOS analisam a capacidade de atracção comercial da cidade de Braga, revelando que cerca de 80% dos entrevistados efectuam mais de 50% das suas compras no comércio local. Todavia, segundo os mesmos autores, assiste-se a uma perda de influência da cidade, pois apenas 7,9% dos comerciantes entrevistados atribuíram uma percentagem significativa da sua receita (mais de 40%) às vendas realizadas a cidadãos de fora da cidade. A maioria dos entrevistados revelou ausência (26,3%) ou um volume insignificante de vendas (22,6%) a forasteiros. Algumas condicionalismos explicavam estes resultados; em particular, as dificuldades que se faziam sentir em matéria de estacionamento, de estrangulamento do trânsito no acesso à cidade, de animação das zonas comerciais, de pedonização de algumas artérias comerciais e de áreas de divertimento e lazer.

Do mesmo modo, o esforço de deslocação do comprador (distância/custo de deslocação entre a localidade de origem e o local onde se realiza a compra) pode condicionar a competitividade da cidade relativamente ao Porto e a Espanha (Vigo), dimensão em que as vias de comunicação desempenham um papel relevante. Neste contexto, em consonância com o expectável, foi possível constatar que a capacidade de atracção da cidade de Braga diminuía à medida que o esforço de deslocação e a distância tempo aumentavam. Este facto em si não se afiguraria digno de especial registo se o impacto no comércio local fosse despiciendo. Não era, porém, este o caso quando se observava o comportamento dos consumidores dos concelhos limítrofes, que pareciam preferir o Porto para fazerem as suas compras de produtos de escolha ou especiais. Quanto às vendas realizadas pelos comerciantes de Braga aos consumidores do Porto e de Espanha, salientava-se a importância relativa destes últimos.

3.4. Turismo e política regional

Na conceptualização do turismo como instrumento de desenvolvimento regional têm-se contraposto duas posições: uma, que considera que o poder atractivo do meio natural (paisagem, cultura, clima) chega por si só para justificar e mesmo explicar a existência da maior parte dos fluxos e dos destinos turísticos; e uma outra que, insurgindo-se contra esta interpretação de conotação determinística, sustenta que cada lugar é potencialmente turístico. A revisão das estratégias de intervenção no meio rural com vista ao seu desenvolvimento acentua a oportunidade e a necessidade de recuperar a sua plurifuncionalidade tradicional, capitalizando para este efeito as potencialidades turísticas dos territórios.

Neste contexto, o incremento da actividade turística é frequentemente tomado por parte das entidades públicas como um autêntico instrumento de desenvolvimento regional. De facto, o turismo promove a apropriação local dos rendimentos gerados com o alojamento (pousadas, hotelaria, casas de turismo rural, campismo e caravanismo) e a restauração (restaurantes, cafés e bares), bem como os decorrentes da dinamização dos factores de atracção da região, como a cultura popular (diversidade, exotismo), a animação (frequente), os eventos (projecção fora da região) e o valor artístico (enriquecimento), a natureza (preservação) e a arquitectura (recuperação/conservação). Relevantes, ambém, do ponto de vista da potenciação das potencialidades turísticas dos territórios são aspectos como o desenvolvimento do sistema de transportes: meios de transporte intra-urbanos (taxi, rent-a-car); meios de transporte extra-urbanos (comboio, autocarro); e sinalização turística.

Num estudo sobre o turismo no espaço rural no concelho de Póvoa de Lanhoso, ROBALO e CADIMA RIBEIRO (1997) salientam os benefícios para o concelho resultantes da oferta local de alojamento, por assim o turista deixar de ser, necessariamente, turista de passagem. A dinamização da oferta de alojamento turístico é susceptível de provocar, por sua vez, um arrastamento na procura de outros produtos, nomeadamente gastronomia e artesanato. Nesta medida, a actividade turística, sob certas condições, poderá constituir-se num motor da actividade económica em geral, ajudando à redução das assimetrias de desenvolvimento existentes, podendo, por outro lado, contribuir para a protecção ambiental e a preservação do património histórico e cultural, na própria medida em que as populações e os agentes económicos visualizem nisso um potencial económico e lúdico. Os autores detectaram naquele concelho a existência de empenhamento das

autoridades públicas locais no aproveitamento desta potencialidade, como o pareciam atestar a ênfase colocada por aquelas no desenvolvimento conjugado dos produtos turísticos Turismo Rural, Turismo de Habitação, Gastronomia, Etnografia, Festas, Feiras e Romarias, Artesanato/Ofícios tradicionais, Património Natural e Construído, Praias Fluviais e Arquitectura Românica (Militar, Religiosa e Civil) e Gótica. Todos eles sectores de interessantes potencialidades mas, obviamente, incapazes de se constituir isoladamente em alternativa económica consistente às actividades tradicionais (agrícolas; industriais) de Póvoa de Lanhoso.

3.5. Dinâmica empresarial e política regional

Por solicitação da ADRAVE, Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Ave, CADIMA RIBEIRO e GOMES (2004) produziram um *Estudo das potencialidades de Investimento no Vale do Ave*, de que se recuperam aqui alguns dados.

O objectivo central do trabalho residia na identificação de oportunidades de investimento para o Vale do Ave, quer sob o ponto de vista da atracção de novas actividades empresariais, quer na perspectiva do aproveitamento das capacidades endógenas desse território, isto é, projectos que pudessem dar um novo impulso à dinâmica empresarial existente, uma vez mais questionada pela evolução da divisão internacional do trabalho, de um modo geral, e pelo acesso pleno da China aos mercados mundiais, a partir de Janeiro de 2005, como dado particular.

Não se pretendia, no entanto, identificar negócios concretos, na medida em que não é feito qualquer estudo de viabilidade económica, mas sim fazer o levantamento de oportunidades genéricas de investimento que, na óptica dos agentes locais, mais se adequassem ao perfil de recursos e capacidades da (sub) região. Para tal, optou-se por uma metodologia que consistiu na realização de entrevistas abertas ou não estruturadas a agentes locais, para o efeito considerados informadores privilegiados; a saber: empresários, investigadores e dirigentes de estruturas ligadas ao desenvolvimento de produtos e processos e ao apoio à iniciativa empresarial. Essas entrevistas decorreram entre Setembro e Dezembro de 2004.

Para a escolha dos entrevistados, foram considerados dois aspectos fundamentais: por um lado, pretendeu-se “ouvir” agentes que actuam nos diversos sectores representativos

da actividade empresarial da região, dando portanto expressão da diversidade do tecido económico e social; por outro, entendeu-se seleccionar indivíduos que, pelo seu papel na organização que representavam, fossem agentes qualificados capazes de posicionar a mesma num conjunto mais alargado de agentes (fornecedores, clientes e comunidade).

Tal como seria de esperar por quem conhece a evolução histórica e a cultura empresarial do Vale do Ave, e do Minho em geral, e esteve atento aos desenvolvimentos da teoria sobre a transformação económica dos meios locais, as oportunidades identificadas resultam, sobretudo: i) das características do tecido empresarial existente, numa lógica de complemento das actividades desenvolvidas ou reconversão de produtos e serviços instalados; ii) da existência de centros de investigação de qualidade reconhecida, enquanto facilitadores de processos de mudança e de inovação tecnológica (no produto e no processo) e, por isso mesmo, de novas oportunidades de investimento; iii) finalmente, da disponibilidade de recursos necessários para o desenvolvimento de uma determinada área de negócio, mais concretamente da disponibilidade de mão-de-obra qualificada e/ou recursos naturais e patrimoniais, e apetências do tecido sociocultural.

Fazendo um balanço do trabalho realizado, a principal ilacção a retirar é que a materialização e sucesso das oportunidades de investimento identificadas dependem da capacidade empreendedora e de inovação da região, já que esta possui potencialidades que lhe permitem assumir investimentos empresariais em áreas de actividade diversas. Estas potencialidades resultam, em boa medida, do facto de haver uma qualificação de base e capacidade científica capaz de suportar a renovação do tecido produtivo, apostando em produtos e processos com uma forte componente tecnológica, e por isso mesmo geradores de maior valor acrescentado.

Por fim, refira-se que se constatou a existência de unidades produtivas de excelência que, mesmo quando enquadradas em grupos internacionais, se posicionam em lugares cimeiros na cadeia de valor dos grupos que integram. Tal revela que o Vale do Ave tem plenas condições para competir num contexto global, tudo dependendo da ousadia e capacidade de gestão, independentemente de outros factores (por exemplo, de ordem legal) por vezes apontados como limitadores da iniciativa empresarial.

Conclusão

Referências

- BIANCHI, Tito (2001), “With and without co-operation: two alternative strategies in the food-processing industry in the Italian south”, *Entrepreneurship & Regional Development*, Vol. 13, N. 2, pp.117-145.
- BLANCHARD, A. *et al.* (1994), *El diagnóstico del territorio y la constitución de un proyecto de desarrollo*, Cuadernos LEADER, AIDL Madrid.
- BLUNDEL, Richard (2002), “Network evolution and the growth of artisanal firms: a tale of two regional cheese makers”, *Entrepreneurship & Regional Development*, Vol. 14, N. 1, pp. 1-29.
- BOCCALETTI, S. (1999), “Signalling quality of food products with designations of origin: advantages and limitations”, *World Food and Agribusiness Congress*, 13-14 June, Florence, Italy.
- CADIMA RIBEIRO, J. e FREITAS SANTOS, J. (1996), “Infra-estruturas e investimento”, *Cadernos de Economia*, Ano X, N. 37, pp. 59-62.
- CADIMA RIBEIRO, J. e FREITAS SANTOS, J. (1998), “Crescimento urbano, infra-estruturas e comércio”, *Cadernos de Economia*, Ano XI, N. 44, pp. 46-50.
- CADIMA RIBEIRO, J. e FREITAS SANTOS, J. (2003), “Effects of territory information on Portuguese wine prices: a hedonic approach”, *European Review of Economics and Finance*, Vol. 2, N. 1, pp. 39-52.
- CADIMA RIBEIRO, J. e FREITAS SANTOS, J. (2004a), “Region’s reputation and the price of regional products: a hedonic analysis of Portuguese quality cheese”, *44th Congress of the European Regional Science Association*, Porto, Portugal, 25 a 29 de Agosto.
- CADIMA RIBEIRO, J. e FREITAS SANTOS, J. (2004b), “Portuguese olive oil and the price of regional products: does designation of origin really matter?”, *Congreso de la Asociación Española de Ciencia Regional – XXX Reunión de Estudios Regionales*, Barcelona, Espanha, 18 e 19 de Novembro.
- CADIMA RIBEIRO, J. e GOMES, Pedro. (2004), *Estudo das potencialidades de Investimento no Vale do Ave*, Estudo produzido para a ADRAVE – Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Ave, S.A., Famalicão, Dezembro.

- CARDOSO, Teresa e CADIMA RIBEIRO, J. (2002), “Economia para o homem e desenvolvimento regional: contribuição para um pensamento e uma política regional alternativos”, *Desenvolvimento regional: respostas regionais aos desafios da globalização*, BECKER, Dinizar F. e BANDEIRA, Pedro S. (Ed.), EDUNISC, Santa Cruz do Sul.
- CREVOISIER, O. (1995), “Spatial shifts and the emergence of the innovative milieux: the case of the Jura region between 1960 and 1990”, *Environment and Planning C: Government and Policy*, Vol. 11, pp. 419-430.
- D’ARCY, E. e GIUSSANI, B. (1996), “Local economic development: changing the parameters?”, *Entrepreneurship and Regional Development*, N. 8, pp. 159-178.
- DELAPLACE, M. (1995), “L’hétérogenité des comportements innovateurs dans l’espace: le concept d’horizon spatio-relacionnel”, *Colloque International de l’Association de Science Régionale de Langue Française – “Dynamiques Industrielles, Dynamiques Territoriales”*, 30/31 Août et 1er Septembre, Toulouse, France.
- DINIS, Anabela (2000), “Futuro e tradição: um novo paradigma de competitividade para as regiões rurais e menos desenvolvidas”, *Perspectivas de Desenvolvimento para as Regiões Marítimas: Actas do VII Encontro Nacional da APDR*, APDR, Coimbra, pp. 545-556.
- FREITAS SANTOS, J. (1997), *Localização da empresa estrangeira em Portugal (1990/1994): uma abordagem relacional* [location of foreign firms in Portugal (1990/1994): a network approach], unpublished Phd thesis, University of Minho, Braga.
- GAFFARD, J.-C. (1992), *Territory as a Specific Resource: the Process of Construction of local Models of Development*, Latapses Mimoe, Nice.
- GAROFOLI, G. (1983), “Le aree sistema in Italia”, *Política e Economía*, Vol. 11, pp. 17-34
- GRANT, R. M. (1991), “The resource-based theory of competitive advantage: implications for strategy formulation”, *California Management Review*, Vol. 33, N. 3, pp. 114-135.
- HENRIQUES, José Manuel (1990), *Municípios e desenvolvimento*, Escher, Lisboa.
- KANTER, R. M. (1995), *World class: thriving locally in the global economy*, Simon & Schuster, New York.

- MAILLAT, Denis (1995), “Territorial dynamic, innovative milieus and regional policy”, *Entrepreneurship & Regional Development*, Vol. 7, N. 2, pp. 157-165.
- MOSELY, M. e CHERRET, T. (1995), “Implicar a la población local”, *La constitución del proyecto de desarrollo local: la experiencia del LEADER I*, Cuadernos LEADER, AIDL, Madrid.
- PADÍN, Carmen (2004), *El desarrollo endógeno local. estudio de la actividad turística como forma de aprovechamiento de los recursos: aplicación al caso del Baixo Miño*, Departamento de Economía Aplicada, Universidad de Vigo, Tese de doutoramento não publicada.
- RATTI, Remigio (1995), “L’espace actif: une réponse paradigmatique des régionalistes au débat local-global”, *Colloque International de l’Association de Science Régionale de Langue Française – “Dynamiques Industrielles, Dynamiques Territoriales”*, 30/31 Août et 1er Septembre, Toulouse, France.
- ROBALO, Fernanda e CADIMA RIBEIRO, J. (1997), “Turismo no espaço rural: referência ao caso da Póvoa de Lanhoso”, *Cadernos de Estudos Municipais*, N. 7.
- SIMÕES LOPES, A. (1979), *Desenvolvimento Regional: Problemática, Teoria, Modelos*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- SODANO, Valeria (2001), “Competitiveness of regional products in the international food market”, *77th EAAE Seminar*, Helsinki.
- STÖHR, W. (1981), “Development from below: the bottom-up and periphery-inward development paradigm”, *Development from above or from below?*, STÖHR, W. and TAILOR, D. F. (Ed.), John Wiley, Chichester.
- VÁZQUEZ BARQUERO, A. (1998), “Desarrollo local y dinámica regional”, *Economía y política regional en España ante la Europa del s. XXI*, MELLA, J. M. (Coord.), Akal, Madrid.
- VERA, F. [Coord.] (1997), *Análises territorial del turismo*, Ariel, Barcelona.